



**ATA N.º 24/XI-2º/2014-15**

- 1 - Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas 21H00, nas instalações do Cineteatro da Academia Almadense, sito na rua Capitão Leitão, realizou-se uma Sessão Extraordinária para Comemoração Solene do Aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974.
- 2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr.<sup>as</sup> Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3 - Foi aberto o Período de Antes da Ordem do Dia apenas para efeitos de substituição de Membros da Assembleia Municipal.
  - 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:  
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.
- 4 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 5 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:
  - 5.1 - O Presidente anunciou o pedido de Suspensão de Mandato, por um período de seis meses, do eleito Sr. João Rafael Faustino de Almeida, nos termos e para os efeitos do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, (**Conforme Anexo I**).
  - 5.1.1 - O Pedido de Suspensão de Mandato que submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.



5.2 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência nos dias de 2015, (Ent. nº 3482/XI-2º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência no dia 22 de abril de 2015, (Ent. nº 3503/XI-2º), (**Conforme Anexo III**).
- O Sr. Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral, com ausência no dia 22 de abril de 2015, (Ent. nº 3518/XI-2º), (**Conforme Anexo VI**).
- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 22 de abril de 2015, (Ent. nº 3516/XI-2º), (**Conforme Anexo V**).
- A Sr.ª Deputada Municipal Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida, com ausência no dia 22 de abril de 2015 (Ent. nº 3530/XI-2º), (**Conforme Anexo VI**).
- A Sr.ª Deputada Municipal Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 22 de abril de 2015, (Ent. nº 3517/XI-2º), (**Conforme Anexo VII**).

5.2.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).
- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX**).
- O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos X, XI e XII**).
- A Candidata Senhora Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIII**).
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, da eleita Sr.ª Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIV**).
- O Candidato Senhor Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 22 de abril, da eleita Sr.ª Ana Marques Serra e Moura Salvado, e por impedimento do cidadão Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, da



cidadã Sr.<sup>a</sup> Rita Margarida Cardoso Vieira e do cidadão Sr. Nuno Ricardo Cardoso Augusto, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XV, XVI, XVII e XVIII**).

- O Candidato Senhor Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro, que ocupa a vaga ocorrida por Suspensão do Mandato do eleito Senhor João Rafael Faustino Almeida, e por impedimento da Cidadã Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Ribas Lopes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIX e XX**).

**5.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho.

**6** - Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal anunciando o início da Sessão

**6.1** - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Almada:

“Srs. e Sr.<sup>as</sup> Deputados Municipais;

Temos quórum.

Declaro assim aberta a Sessão Extraordinária Solene Comemorativa do 41º Aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974.

Apresento ao Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim Judas, primeiro representante do Município de Almada, às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Presidentes das Assembleias e Juntas das Freguesias, às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Vereadoras e Vereadores, às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputadas e Deputados Municipais, assim como aos demais Eleitos presentes as mais cordiais saudações.

Às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Ilustres Convidados das Instituições, Entidades e Organizações do nosso Concelho, às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Cidadãos Almadenses, que testemunham esta Sessão Solene queiram aceitar a mais profunda manifestação de gratidão.

É sempre bom estarmos juntos, diria mesmo que é cada vez mais necessário e importante estarmos juntos, unindo vontades, assumindo compromissos, afirmando valores, partilhando causas, construindo o amanhã com futuro.

E Abril reclama difunde, proclama princípios, valores e causas que antes, tal como hoje e amanhã são de Futuro promissor.

Agradecimento muito particular à Direção da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, referência do Movimento Associativo Popular Almadense, exaltando o seu passado de 120 anos e o seu presente promissor que esta bela e nova sala é testemunho - o Cineteatro a sede da Academia de 1942.



Obrigado Senhor Professor Domingos Torgal e demais dirigentes pela cedência da sala e pelo apoio à realização da sessão.

Minhas Sr.<sup>as</sup> e Srs. vão ter a palavra por ordem crescente da sua representatividade na Assembleia Municipal os Representantes dos Grupos Municipais e Partidos com Eleitos neste Órgão Deliberativo do Município, todos eles legítimos representantes do Povo do Concelho de Almada e das suas 11 Freguesias. Sendo também dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que encerrará as intervenções.”

**6.2 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almada

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almada

Senhores Vereadores

Senhores Deputados

Digníssimos cidadãos

Estamos hoje nesta centenária coletividade reunidos para lembrar mais um ano passado em Liberdade e pluralismo.

Liberdade essa, alcançada com a persistência daqueles que conseguiram projetar o futuro e a modernidade, percebendo que é nas diferenças que se consegue alcançar o progresso e longevidade de uma comunidade.

Foi à 41 anos que Portugal começou a fazer o caminho que levaram a transformações que marcaram a rutura com o passado perspetivando-se o futuro com esperança e com abnegação.

Hoje, 41 anos depois, sentimos que há ainda muito por percorrer. Aliás, a Liberdade e a sua preservação devem ser o denominador comum e o motor impulsionador das sociedades modernas e da maturidade individual e coletiva.

Viver e falar em liberdade deve ser sinónimo de um povo civilizado e fraterno onde saber conviver com as diversas diferenças é a pedra angular e a demonstração de amadurecimento e de respeito.

Hoje, Abril de 2015, podemos dizer que atingimos a Liberdade para falar, para discordar, para protestar, para dizer Não ou para dizer Basta. Também atingimos a Liberdade para poder andar na rua livremente, para exercermos livremente o sentido de voto, para escolhermos livremente o nosso caminho, as nossas opções, as nossas bandeiras.

Também hoje em Liberdade, podemos rejeitar livremente a indiferença, o livre-arbítrio, a opressão e a perseguição, agindo em livre consciência rejeitando mordanças, muros



ou trincheiras que mascaradas de uma espécie de democracia, foram rejeitadas pelos povos,

Continuemos assim, a criar uma sociedade aglutinadora onde consigam conviver harmoniosamente todo o tipo de ideologias e de orientações, onde a sua força e a sua riqueza está na convergência de diferentes formas de pensar, no aproximar das diferenças e na conjugação de esforços para a consolidação de uma Democracia forte, consistente e duradora.

São nestes pilares que tem de assentar uma sociedade livre e moderna.

A participação dos cidadãos nos destinos, escolhas e opções políticas do seu país, deve ser fomentada e vista como um instrumento normal e funcional das democracias modernas e evoluídas, devendo para tal os atores políticos nascidos em Liberdade onde se incluem os partidos, as associações, os sindicatos e as restantes forças de cidadania, apelar à participação e à pluralidade democrática e ordeira incutindo a responsabilidade, os direitos e os deveres de não deixar ninguém arbitrariamente escolher por si.

Contudo, num país livre e verdadeiramente democrático, a magna carta dos Direitos, Deveres, Liberdades e Garantias pode e deve, ser inspiradora e orientadora, mas nunca impositiva no que respeita a um só caminho.

Numa sociedade convergem entre si, diversas formas de estar, de pensar, de agir, e sobretudo, diversas formas e caminhos de atingir os fins, fins esses, que devem ter como finalidade a prosperidade e o bem-estar da sociedade.

Quatro décadas depois do 25 de Abril de 1974, é tempo de continuar a olhar para o futuro, com coragem e com esperança tendo como desígnio cumprir Portugal.

É tempo de com sensatez aproveitar as oportunidades que a nova conjuntura europeia colocará ao nosso dispor.

É tempo de fazer escolhas acertadas e com rigor, gastando o que efetivamente é preciso gastar e investir efetivamente no que está por investir, devendo rejeitar a loucura do despesismo que torne Portugal novamente numa situação de protetorado e ferido na sua dignidade de mais de novecentos anos de história.

A Liberdade passa por ai; tomar as decisões políticas, económicas e financeiras dentro de portas sem que uma mão pesada nos obrigue a tomar decisões que não foram escolhidas pelo povo soberano.

Tal como em Abril de 74, também agora devemos celebrar a liberdade reconquistada depois de meses sob o jugo supra nacional que envergonhou e hipotecou o país.



Tal como em Abril de 74, a Liberdade de todos e para todos falará, sempre, mas sempre, mais alto.”

**6.3 - A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Secretários da Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, colegas Deputados Municipais, caros trabalhadores do Município, cidadãos do nosso concelho, Srs. Jornalistas.

Comemoramos mais um ano do dia histórico que devolveu a liberdade ao povo português.

Comemoramos a força e coragem daqueles que há 41 anos disseram basta e se insurgiram contra a opressão de que o povo deste país era alvo.

É nosso dever de cidadãos fazer cumprir as pretensões que motivaram essa revolução, lutar e fazer mais. E lutar por mais, significa não só lutar pelos nossos direitos como cidadãos de Portugal, mas sim como seres humanos, habitantes deste planeta com recursos finitos que são vitais à continuidade de todas as espécies que nele habitam.

Diariamente somos advertidos das problemáticas do meio envolvente, mar, terra, e ar. Escassez, subida e poluição das águas, florestas destruídas e aumento da temperatura do planeta. Fome, morte indiscriminada de ANIMAIS humanos e não humanos e extinção de espécies são só alguns dos inúmeros problemas com que nos deparamos na atualidade.

As notícias sobre a destruição planetária são já tão comuns que pouco lhes prestamos a atenção devida ou percebemos o impacto que isto tem na nossa sociedade.

É urgente investir em várias frentes de ação. É preciso mudar as políticas, mudar os pensamentos, atualizar conhecimentos para podermos evoluir em consciência para um mundo e uma sociedade mais justa, equilibrada com recursos acessíveis a todos e não só a alguns.

Este é o verdadeiro propósito da democracia e para que ela funcione temos que nos libertar destes sistemas políticos despóticos que nos privam dos nossos direitos.

É necessário garantir:

Saúde - Acesso a cuidados médicos condignos, para PESSOAS e ANIMAIS.

Educação - Acesso desde o pré-escolar até ao ensino superior para todos.

Alimentação - Qualquer PESSOA ou ANIMAL tem direito a alimentar-se adequadamente.



Reconhecimento e Igualdade de direitos - Qualquer homem ou mulher, independentemente da sua idade, profissão ou classe social, lhes sejam reconhecidos e garantidos os direitos humanos e lugar na sociedade.

Que a qualquer ANIMAL não humano lhes seja reconhecida a sua existência como seres sencientes e que se façam cumprir os seus direitos, nomeadamente o respeito pela sua vida, integridade física e psicológica.

Ambiente - Que se insista numa política de proteção da natureza. Pois já chegou o tempo de perceber que com a continuação da destruição do meio ambiente só temos a perder.

Muito se aprendeu, mas é hora de nos juntarmos a nível nacional como comunidade e trabalhar em conjunto pelo desenvolvimento deste país, desta sociedade, no fundo, das nossas vidas.

O passado ficou lá atrás mas não ficou esquecido. Ficou na memória de quem o viveu, escrito em páginas de livros e na memória de quem os leu.

Por isso, glosando Sérgio Godinho dizemos,

“Viemos com o peso do passado e da semente  
Esperar tantos anos torna tudo mais urgente  
e a sede de uma espera só se estanca na torrente  
e a sede de uma espera só se estanca na torrente  
Vivemos tantos anos a falar pela calada  
Só se pode querer tudo quando não se teve nada  
Só quer a vida cheia quem teve a vida parada  
Só quer a vida cheia quem teve a vida parada  
Só há liberdade a sério quando houver  
A paz, o pão  
habitação,  
saúde, educação  
Só há liberdade a sério quando houver  
Liberdade de mudar e decidir  
quando pertencer ao povo o que o povo produzir  
quando pertencer ao povo o que o povo produzir”.

**6.4 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr.<sup>as</sup> Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

Sr. Presidente da Câmara

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Vereadores

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados Municipais

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros das Direções do Movimento Associativo

Sras. e Srs. Convidados

Srs. Munícipes

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Funcionários da Câmara Municipal de Almada

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Representantes da Comunicação Social

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Estamos hoje nesta Assembleia Municipal Extraordinária a comemorar o 41<sup>o</sup> Aniversário do 25 de Abril.

Em nome do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda cumprimento e saúdo todas e todos os presentes e presto homenagem a todas e todos aqueles que durante décadas resistiram das mais diversas formas, nalguns casos com a sua própria vida, na luta pela democracia e em defesa da liberdade.

Presto homenagem a todos os militares que estiveram envolvidos no 25 de Abril de 1974 e que, com empenhamento, abnegação, coragem e determinação, contribuíram para o derrube da ditadura fascista e trouxeram esperança num futuro com dignidade para as portuguesas e para os portugueses.

Comemorar o 25 de Abril de 1974 significa a continuação do caminho da luta em defesa de direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Comemorar o 25 de Abril de 1974 significa denunciar todas as injustiças e arbitrariedades que retiram o direito à saúde, à segurança social, ao emprego, à escola pública, à justiça, à liberdade e à democracia.

Uma em cada 3 crianças vive em risco de pobreza e é muito elevado o número daquelas que chegam à escola com fome.

Há mais de meio milhão de portuguesas e de portugueses sem emprego e sem acesso a qualquer tipo de apoio estatal. A taxa real de desemprego atingiu 23,8% o que significa que cerca de um milhão e duzentos mil portuguesas e portugueses se encontram nesta situação.

O desemprego dos jovens atingiu os 35% e está a subir ininterruptamente desde outubro de 2014.





A dívida pública estava nos 107,2% do PIB em 2011 e no final de março deste ano, ultrapassou os 130%.

A percentagem de população residente em risco de pobreza e de exclusão social tem vindo a aumentar, tendo atingido 27,5% em 2013 e estimando o INE que tenha havido aumento em 2014.

O número de trabalhadoras e de trabalhadores que ganham o salário mínimo nacional, duplicou entre 2005 e 2014.

A situação relativamente aos idosos continua a agravar-se; cerca de 600 mil estão desnutridos e apenas 21% tomam suplementos alimentares para compensar a falta de nutrientes. São muitas e muitos os que comem apenas 1/4 do que deviam ter como refeição no seu prato. Os idosos portugueses são dos mais pobres da Europa e a média das pensões está muito abaixo dos valores mínimos necessários para as despesas que têm que suportar.

A situação de emergência social vivida por muitas famílias residentes no Concelho de Almada não pode deixar de merecer por parte da autarquia uma atenção muito especial com a implementação de medidas concretas que possam contribuir para minimizar as dificuldades com que se confrontam. Tudo o que possa ser concretizado neste sentido merecerá o apoio do Bloco de Esquerda.

41 anos depois do 25 de Abril de 1974 temos a democracia agrilhoadada pelas políticas da União Europeia e pelas imposições do Tratado Orçamental, colocando em causa o futuro das pessoas, do Estado e das suas funções sociais. Em alternativa a este plano de destruição do Estado Social, coloca-se a necessidade da reestruturação da dívida, em rotura com as políticas de austeridade e o Tratado Orçamental, como resposta urgente à crise social, ao investimento económico e ao emprego.

O "sucesso" que tem vindo a ser apregoado, quer pelo 1.º Ministro e governantes, quer pelo Presidente da República, com as medidas de austeridade que têm sido aplicadas, pode ser medido pelo agravamento do empobrecimento sentido nos últimos anos pela maioria das portuguesas e dos portugueses.

A ministra das Finanças, o 1.º ministro e outros governantes afirmaram que têm os cofres cheios o que representa uma provocação e uma injúria a todas e todos aqueles que têm visto diminuídos os salários e pensões, retirados apoios sociais, restringidos e anulados os seus direitos e também a todas e todos que se viram obrigados a emigrar para encontrar formas de sustento. Passados poucos dias de afirmarem que tinham os cofres cheios, falam agora em cortes de 600 milhões nas



pensões com o inevitável agravamento das condições de vida dos idosos, reformados e pensionistas

O Presidente da República afirma que não dará posse a um futuro governo sem maioria absoluta assumindo assim uma posição antidemocrática e de chantagem sobre o eleitorado.

Na última semana foi possível confirmar com a observação de imagens, a situação vivida em muitas urgências hospitalares; a reportagem trazida ao conhecimento do grande público, ilustra de forma indesmentível a extrema gravidade que contraria aquilo que os governantes têm tentado justificar. Persistem e agravam-se enormes deficiências e debilidades que contrariam os mais elementares direitos à saúde. A falta de médicos, enfermeiros e outros profissionais, o amontoado de macas espalhadas pelos corredores confirma a ausência do número de camas necessárias e constata-se ainda a falta de artigos indispensáveis ao normal funcionamento das urgências hospitalares

O caos verificado no início do ano escolar em que alunos e familiares, professores e toda a comunidade educativa se viram confrontados com os problemas resultantes do atraso no normal funcionamento das escolas assim como as debilidades e insuficiências no funcionamento dos tribunais, são outros dos exemplos que confirmam que muito está por fazer.

Minhas senhoras e meus senhores

A Lei 81/2014 que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado, cria novas desigualdades e injustiças. A Lei facilita os despejos e não só desprotege as populações mais frágeis como também as discrimina. A sua revogação é uma exigência dos moradores dos bairros abrangidos por esta Lei, em defesa do direito à habitação consignado no Art.º 65º da Constituição da República Portuguesa.

Este art.º estabelece que "Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar"; o desalojamento de dezenas de famílias que tem vindo a ser realizado no bairro de Santa Filomena na Amadora, contraria o que está consagrado na C.R.P. e não pode deixar de merecer o mais profundo desagrado e repúdio, passados que são 41 anos após o 25 de Abril de 1974.

A trabalhadora Marilú Santana acorrentou-se nas instalações do hotel em Portimão, em luta pelo pagamento de salários em atraso merecendo a solidariedade dos seus colegas de trabalho que estiveram também sem receber durante vários meses. Ao fim



de 15 dias e 15 noites de luta determinada e persistente, os trabalhadores do Clube Praia da Rocha alcançaram a vitória, conseguindo um compromisso escrito do patrão para pagamento dos salários que lhes eram devidos.

Trabalhadores dos transportes públicos e das autarquias locais, funcionários públicos, estudantes, professores e trabalhadores não docentes das escolas públicas, agricultores, aposentados e reformados, entre muitas e muitos portugueses dos vários sectores de atividade, prosseguem das mais diversas formas, as suas lutas em defesa de direitos alcançados acreditando num presente e num futuro com dignidade.

O Concelho de Almada viu reduzidas de 11 para 5 freguesias, resultante de uma Reforma Administrativa imposta pelo governo do PSD/CDS, de forma autoritária e burocrática sem darem ouvidos a quem quer que fosse. Quais os resultados para as populações? Quais os problemas que foram resolvidos com a aplicação desta Reforma?

Entendemos que foi prejudicial para as populações e a democracia participativa ficou mais fragilizada. Na nossa opinião este assunto não está encerrado e terá que continuar a ser analisado e debatido com os munícipes.

Apenas persistindo na defesa dos direitos, liberdades e garantias, consagrados na Constituição da República Portuguesa, será possível concretizar o que em 25 de Abril de 1974, acreditámos ser possível obter.

No contexto social, político e económico em que nos encontramos em 2015, comemoraremos o 41º Aniversário do 25 de Abril, conscientes das enormes dificuldades com que nos confrontamos mas não baixaremos os braços e continuaremos a lutar contra os confiscos, esbulhos e roubos que foram levados a efeito nos últimos anos, nos salários, pensões e reformas e também nos apoios sociais.

No presente ano teremos oportunidade de encontrar respostas e soluções necessárias e indispensáveis para inverter o rumo dos acontecimentos. Saibamos, pois, fazer escolhas que contribuam para um futuro com dignidade e justiça social.

Acreditamos que "só haverá LIBERDADE a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação; só há LIBERDADE a sério quando houver liberdade de mudar e decidir, quando pertencer ao povo o que o povo produzir".

**DEFENDEMOS ABRIL, PROSSEGUIREMOS EM MAIO E SEMPRE!**

**- VIVA A DEMOCRACIA!**

**- VIVA A LIBERDADE!**



- VIVA O 25 DE ABRIL!"

**6.4 - O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):**

Exm.<sup>o</sup> Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exm.<sup>o</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exm.<sup>as</sup> e Exm.<sup>os</sup> Senhores Deputados Municipais

Exm.<sup>as</sup> e Exm.<sup>os</sup> Senhores Vereadores

Exm.<sup>as</sup> e Exm.<sup>os</sup> Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia

Restantes Autarcas

Exm.<sup>os</sup> Senhores Representantes das Autoridades Eclesiásticas, Militares e Forças de Segurança

Exm.<sup>os</sup> Senhores Representantes das Instituições de Solidariedade e do Movimento Associativo

Exm.<sup>os</sup> Senhores Representantes dos Órgãos de Comunicação Social

Senhoras e Senhores Funcionários da Autarquia

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quero começar por cumprimentar todos os presentes, sem exceção, neste dia em que evocamos o 41.<sup>o</sup> aniversário da data histórica de 25 de Abril de 1974.

Cumprimento igualmente nesta oportunidade, todos aqueles que nestes anos de poder autárquico tem sabido de um modo tão dedicado e generoso servir a população almadense. Aqui fica também, desta forma simples, a minha homenagem a todos esses.

Decorridas mais de quatro décadas após a data histórica de implantação da Liberdade e do grande momento fundador da Democracia em Portugal, que foi o 25 de Abril, torna-se justo que continuemos a erguer bem alto todos aqueles que contribuíram para a revolução.

Ela constitui uma das maiores razões pela qual, nos nossos dias, nos podemos expressar abertamente sobre a situação que nos afeta e para encontrarmos as soluções mais adequadas à resolução dos inúmeros problemas do Concelho e do País.

O 25 de Abril é também uma das razões pela qual podemos falar francamente das reformas que consideramos indispensáveis e estruturais e também para ultrapassarmos definitivamente os tempos difíceis que herdamos há quatro anos.

Num tempo de crise económica e financeira, vivemos os últimos anos de forma menos livre do que deveria, por ter sido o País obrigado a assumir externamente a



iminência da bancarrota, claramente devido a graves erros de gestão das finanças públicas.

Felizmente que hoje em dia a situação se alterou significativamente, apesar de ainda não estarem todos os problemas resolvidos, mas conseguiu o País recuperar a credibilidade face aos credores mas mais ainda recuperar quase a sua liberdade financeira.

Chegado ao fim o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro assinado em 2011, recordo alguns dos indicadores positivos e de retoma da economia, como o facto de se estar a cumprir o limite estabelecido para o défice, o crescimento das exportações, embora tímida alguma redução do desemprego e que irá continuar a descer.

É imprescindível continuar a redução do nível de endividamento e continuar a aprofundar o programa de reformas estruturais, em especial aquelas que permitam reduzir o desemprego, particularmente entre os mais jovens.

Ultrapassar os tempos difíceis que enfrentamos exige um compromisso patriótico de todos, que dê sentido aos esforços e sacrifícios que com enorme exigência os portugueses se viram confrontados. Este é um caminho que nos conduz a mais liberdade e desenvolvimento.

Recuperamos a autonomia financeira e estamos a preparar o futuro. A título de exemplo lembro aqui algumas das medidas que atestam a preparação de um futuro mais risonho para todos os portugueses.

- Trouxemos mais concorrência à economia e cortámos as rendas excessivas na energia, nas PPP, nas comunicações e nos medicamentos.
- Implementámos a estratégia do crescimento verde e a Fiscalidade Verde, já elogiada por diversas organizações internacionais, e que é uma peça-chave do desenvolvimento sustentável e do uso eficiente dos recursos escassos que são de todos.
- Estamos a concretizar uma mudança muito importante nos serviços de atendimento do Estado, com uma estratégia coerente de política do território e uma aplicação intensiva das novas tecnologias. Ao mesmo tempo, iniciámos um processo de descentralização das competências do Estado central para as autarquias locais, nos domínios em que devemos explorar melhor a proximidade, como a saúde, a educação ou a assistência social.



- No capítulo da Defesa, reviu-se as leis estruturantes das Forças Armadas, estabilizou-se o seu orçamento e fez-se a fusão dos Hospitais dos diversos ramos num único hospital, concretizando um projeto prometido há mais de 30 anos.

A este nível elaborou-se também um novo conceito estratégico de defesa e concentrou as escolas práticas fazendo também a reforma dos estabelecimentos militares de ensino. Aliás neste âmbito, pela primeira vez há raparigas no Colégio Militar.

Criou-se o Balcão Único da Defesa Nacional o que veio facilitar o atendimento dos militares e redimensionou também o número de efetivos.

- As famílias e as empresas portuguesas vão beneficiar de um novo IRS que protege as famílias com filhos e avós a cargo, aumenta as deduções para as despesas familiares e reduz o IRC para favorecer a criação de mais emprego sustentado.
- Aumentámos o salário mínimo nacional e as pensões mínimas que outros congelaram e isentamos do pagamento de taxas da saúde cerca de 5 milhões e 800 mil cidadãos.

O ano de 2015 será diferente dos anteriores. Depois de em 2014 o PIB ter crescido, este ano de recuperação da economia, do investimento e do rendimento das famílias. Mas naturalmente que queremos muito mais para os anos que se seguem. Estamos a construir a recuperação do país de forma bastante prudente, mas consolidada e sem derivas.

Lembro aqui também o Portugal 2020 que foi o resultado de mais uma negociação europeia extraordinariamente bem sucedida, levada a cabo pelo governo e que será um dos nossos principais veículos de investimento para os próximos anos no nosso país. Neste novo quadro comunitário de apoio damos prioridade às empresas e ao emprego, mas também à ciência e à investigação, à integração social e ao combate à pobreza.

Caras e Caros Almadenses,

Os dias difíceis vão passar, têm que passar, mas apenas se todos soubermos potenciar o que nos une, e não o que nos separa. E permitam-me que neste quadro refira apenas a título de exemplo algumas das questões que a nível municipal vimos defendendo há algum tempo:

- Atração de investimento através da disponibilização de terrenos e taxas municipais mais competitivas;



- A criação de um Parque Tecnológico na Caparica junto à Faculdade de Ciências e Tecnologia, um projeto mais ambicioso que o atual Madan Park;
- Gerar um Programa de Apoio à Reconversão do Comércio Local, com apoio a fundo perdido por parte da Câmara de uma parte dos montantes investidos;
- A revisão profunda do atual Plano de Acessibilidades e Mobilidade;
- A criação da Polícia Municipal;
- A extinção da Ecalma;
- Instalação de um Espaço Cidadão, através da assinatura de um protocolo com o governo o que permitiria que os cidadãos almadenses possam tratar de um leque de cerca de 80 assuntos variados, com a participação de 18 serviços públicos e que viria facilitar-lhes em muito a vida poupando-lhes inúmeras deslocações.

As nossas fragilidades locais são as mesmas que não soubemos resolver porque algumas das tomadas de decisão do nosso executivo, embora legítimas, assumiram como contornos que não ajudaram a resolver alguns dos problemas mais prementes com que a nossa população se tem debatido.

Oportunamente, aquando das últimas eleições autárquicas, apresentámos diversas propostas eleitorais aos nossos concidadãos e que contemplavam uma estratégia associada à modificação das fragilidades estruturais do nosso concelho. Infelizmente não fomos considerados pelos nossos munícipes, através do voto, para conduzirmos os destinos da autarquia. Mas isso não nos retira nem um pouco a nossa vontade de colaborarmos para a existência de um concelho melhor para todos.

E é por isso que reafirmamos aqui a nossa total disponibilidade para contribuir, através das nossas ideias e propostas, para a resolução de problemas concretos e também estruturais com que o Concelho de Almada se debate hoje.

Temos enormes potenciais próprios no nosso concelho, que temos de saber enquadrar, e é por isso que achamos que temos de ter a humildade indispensável para chamar à participação ativa neste âmbito o maior número de cidadãos e as empresas aqui radicadas, mas também ter a sapiência para atrair novas que por aqui se queiram instalar.

Como já vimos, o 25 de Abril foi um momento muito importante na nossa história recente e a esta distância apenas podemos exprimir um enorme reconhecimento e gratidão para com todos os homens e mulheres que concorreram para a queda do regime ditatorial. Todos, sem exceção, merecem o nosso respeito e admiração, já que



foi graças à sua coragem e determinação que muitos de nós crescemos e vivemos hoje em liberdade.

Temos hoje um regime em Portugal democrático e consolidado e é por tudo isto, que não podemos permitir que os valores da Liberdade e da Democracia, sejam património de qualquer partido, já que os legados do 25 de Abril são de todos os portugueses e constituem cada vez mais um espaço de verdadeira cidadania que vai muito para além da ação partidária.

Comemorar Abril é lançar bases para o futuro e planear caminhos possíveis que nos permitam acreditar no amanhã mais justo e mais próspero.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Comemoramos hoje a revolução de Abril. Os seus 41 anos e por isso, é também fundamental que todos percebamos que o regime democrático deve ser constantemente renovado e que esse papel pertence por direito, em primeiro lugar, aos diversos atores políticos mas sobretudo aos cidadãos.

É tempo de todos trabalharmos com afinco na construção de uma sociedade que nos leve à melhoria do sistema democrático e a uma cidadania mais ativa em que prevaleçam os valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade.

Viva o 25 de Abril!

Viva o Concelho de Almada!

Mas acima de tudo Portugal!"

**6.5 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Srs. Deputados Municipais

Srs. Vereadores

Caras e caros munícipes que aceitaram o convite de participar nesta sessão da Assembleia Municipal de Almada evocativa do 25 de abril de 1974.

Comemoramos este ano, em Almada, os 41 anos do 25 de abril de 1974.

Na madrugada de 24 para 25 de abril, há 41 anos, um punhado de jovens militares teve a coragem de pôr fim a 48 anos de um regime fascista, caduco e retrógrado, em nome dos ideais da liberdade, da paz e da justiça.

Esta iniciativa generosa dos capitães de abril corporizou as aspirações profundas do povo português, verdadeiro herói coletivo do 25 de abril.





O povo português que, ao longo dos anos, através da participação cívica nas atividades de oposição ao regime, da agitação laboral, da recusa da guerra colonial, da ação política organizada e da generalizada resistência passiva, vinha dizendo não ao fascismo.

Almada é um concelho particularmente marcado por abril e pelos valores da liberdade, da paz e da justiça que o caracterizam.

Terra progressista, terra de trabalho, Almada foi terra de acolhimento de tantos e tantos portugueses, de norte a sul do país, que cá vieram procurar trabalho e habitação e que ajudaram a construir o Concelho que hoje somos.

Terra de lutas por melhores condições de vida, aqui se desenvolveu e enraizou o movimento sindical, pelo menos desde o início do século passado.

Terra do associativismo, da mobilização popular e da participação cívica, de centenas de associações, clubes e coletividades que desenvolveram atividade notável no desporto, na cultura, na educação e na ocupação útil dos tempos livres de gerações de almadenses.

Foi no concelho de Almada que Arlindo Vicente e Humberto Delgado selaram o entendimento entre todas as forças da oposição ao Estado Novo, que convergiram na dinâmica avassaladora da candidatura do General Sem Medo à Presidência da República.

Foi ainda no Concelho de Almada, na Costa de Caparica, que em 5 de abril de 1973 teve lugar a primeira reunião da Comissão Coordenadora do MFA, na preparação da madrugada libertadora.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Srs. Deputados Municipais

Srs. Vereadores

Caras e caros munícipes presentes

Que sentido faz hoje comemorar abril?

Num mundo em que a desregulação e a desigualdade ditam as regras da economia global e jogam com os países e os povos para lhe sugarem toda a riqueza.

Num mundo em que as forças políticas conservadoras negam a esperança e proclamam o fim da história, pondo em causa direitos sociais e adquiridos políticos arduamente conquistados.



Que sentido faz comemorar abril num contexto em que, em Portugal, estamos a chegar ao fim de um ciclo político alinhado pelo recuo em tudo o que há de importante para o bem-estar e o futuro dos portugueses.

Faz todo o sentido

Faz todo o sentido, com o coração no sonho e os pés bem assentes no chão, afirmar a importância do emprego, como fator fundamental de desenvolvimento das sociedades e, simultaneamente, elemento primordial de inserção das mulheres e dos homens nas sociedades modernas.

Afirmar o direito a uma educação de qualidade para todos, promotora do sucesso e da justiça social.

Afirmar o direito à saúde, defendendo o Sistema Nacional de Saúde universal e tendencialmente gratuito.

Afirmar o direito a uma reforma condigna.

Faz todo o sentido defender uma segurança social credível, pilar de tranquilidade e paz social.

Afirmar a importância da solidariedade para com os mais desfavorecidos, para quem o apoio do estado deve ser visto como um direito de cidadania e não como uma esmola.

Com realismo, mas também com convicção, este é o momento de afirmar abril.

Defender abril, projetar abril para o futuro, alicerçado num estado democrático, eficiente e forte, capaz de alavancar uma sociedade democrática e desenvolvida.

Faz todo o sentido aprofundar a democracia e a participação cívica dos cidadãos, abrindo espaço a manifestações de democracia participativa, de que é importante instrumento o orçamento participativo, que defendemos dever ser implementado no nosso concelho.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Srs. Deputados Municipais

Srs. Vereadores

Caras e caros munícipes

Fieis a abril, urge abrir novos caminhos Os valores de abril a todos convocam.”

**6.6 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Comemoramos hoje os 41 anos do 25 de Abril num espaço renovado numa Coletividade que faz parte da histórica resistência ao fascismo, a Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense.

Foi no Movimento Associativo Popular do concelho de Almada, nas suas coletividades, que os trabalhadores e as camadas populares conheceram uma oportunidade para combater o analfabetismo, desde logo pelo acesso à cultura, ao desporto e ao lazer, armas fundamentais para o desenvolvimento da formação integral do ser humano, nos valores da fraternidade, solidariedade e da liberdade.

Esta frente de luta ajudou e foi complementar nas lutas heroicas da classe operária, dos trabalhadores, das mulheres e dos jovens travadas por todo o país, e também em Almada.

Sim o fascismo existiu.

Foi o período mais negro da nossa história coletiva contemporânea, onde o Estado, ao serviço dos monopólios, dos grupos económicos nacionais e estrangeiros e dos latifundiários, ao serviço de uma pequena minoria, impôs durante 48 anos ao Povo Português a pobreza, a miséria e a fome, o analfabetismo, a guerra colonial e um tenebroso aparelho repressivo das liberdades fundamentais.

Era o tempo dos despedimentos sem justa causa, da emigração forçada, da proibição da existência de partidos políticos...

A censura, as prisões arbitrárias por razões políticas, as torturas e os assassinatos eram práticas de terror impostas pela polícia política sobre os democratas e antifascistas, particularmente sobre os que, de forma sistemática, corajosa e abnegada mais se dedicavam à luta contra o regime fascista, os comunistas e o seu partido, o PCP único partido político que não se autodissolveu mantendo-se ativo e atuante nas duras condições impostas pela clandestinidade.

Aos Resistentes, a todas e a todos, especialmente aos que pela sua total entrega à luta, foram privados da sua liberdade, da convivência com os seus familiares, designadamente com os seus filhos, e até da própria vida, a nossa gratidão. Também à sua memória continuaremos o combate por uma sociedade livre da exploração.

Sim o fascismo existiu e contra ele se levantaram a classe operária, os trabalhadores dos campos e das cidades, os intelectuais progressistas e os estudantes.

Foram muitos os que, nomeadamente de Almada e Cova da Piedade, se destacaram no combate ao fascismo, que conheceram as prisões políticas, incluindo a pior de todas, o Tarrafal denominada como o campo da morte lenta.



Era um tempo onde os governantes pensavam que pela mentira, repressão e medo, pelas campanhas anticomunistas, se perpetuavam no poder.

Mas a madrugada libertadora aconteceu.

O 25 de Abril de 1974, nascido da coragem e determinação do Movimento das Forças Armadas, culminando a longa resistência do povo português e interpretando as suas aspirações, pôs fim a esse período sinistro e de má memória, e abriu as portas à esperança, à liberdade, à alegria, à dignidade e ao sonho dos trabalhadores e do Povo Português.

Por isso lhe estamos gratos e os homenageamos.

A imediata adesão popular, com o povo a encher as ruas e as praças, festejando, aplaudindo e apoiando os militares, ignorando todos os apelos lançados através das rádios para que se mantivessem em casa, transformaram o golpe militar numa revolução popular.

Iniciou-se o processo político da consagração das liberdades democráticas, do desenvolvimento económico e social dum País atrasado, isolado e colonizador. Libertaram-se os presos políticos e iniciou-se o processo de descolonização e com ele o fim da guerra colonial.

Afirmou-se a construção dum Portugal desenvolvido, soberano e defensor da Paz no mundo.

Com a Revolução de Abril, o País defendeu os seus interesses nacionalizando os sectores estratégicos com vista ao seu desenvolvimento económico e soberano, os operários agrícolas e os trabalhadores dos campos do Alentejo e Ribatejo construíram a Reforma Agrária e com ela aumentou a produção de bens alimentares, diminuindo a dependência do exterior. Os trabalhadores e o Povo conquistaram a sua dignidade, direitos que há muito reivindicavam e por que lutavam, salários dignos, o salário mínimo nacional, subsídios de férias e Natal e direito à saúde à educação, a proteção na doença, velhice e no desemprego.

Deu-se início à construção do Poder Local Democrático, com a sua autonomia, meios financeiros, técnicos e humanos, conquista fundamental no desenvolvimento ulterior do nosso país.

Este País libertado, solidário com as lutas dos Povos pela libertação e independência das Colónias, empenhou-se para que, rapidamente acabasse a guerra colonial.

Realizaram-se as primeiras eleições livres.



E neste clima de alegria, de esperança e confiança no futuro, os casais puderam ter os filhos que desejavam.

Os deputados eleitos para a Assembleia Constituinte assumiram a importante tarefa de consagrar e integrar na Constituição de 1976, a Constituição de Abril, as profundas transformações económicas, sociais e políticas operadas no processo revolucionário encetado com o 25 de Abril de 1974, como não podia deixar de ser num regime democrático em construção.

Direitos igualmente fundamentais, num regime democrático, foram inscritos. A subordinação do poder económico ao poder político, o direito ao trabalho com direitos, as obrigações sociais que só ao Estado compete assegurar; nomeadamente o direito à saúde, à educação, à habitação à Justiça; Serviços Públicos de qualidade e de proximidade; Segurança Social, Universal, Geral e Solidária, subsídio de desemprego e outras prestações sociais; igualdade de direitos entre mulheres e homens, por uma justa distribuição da riqueza, pela justiça social, pelo direito à cultura.

Uma política externa, fundada no princípio da paz e cooperação, da não ingerência nos assuntos internos de outros povos e países, afirmando o primado da solução pacífica dos conflitos.

Estas conquistas, as conquistas da Revolução, foram alcançadas nos governos provisórios, principalmente nos quatro chefiados por esse Homem Bom, o militar corajoso e o político dedicado à causa dos trabalhadores e dos mais desfavorecidos, e que continua sempre presente quando se fala de Abril e das suas conquistas. Falamos do General Vasco Gonçalves.

Em suma um Regime Democrático que só o é se houver, simultaneamente, uma Democracia Política, Económica, Social e Cultural, inseparável dos valores da Liberdade.

Por tudo isto a Revolução de Abril teve desde o seu início os seus inimigos.

Hoje, 41 anos decorridos desde essa data que ficará para sempre ligada ao início do melhor, mais belo e progressista projeto de construção de um País novo, muitas das principais conquistas da revolução foram destruídas e as que restam estão sob um fortíssimo ataque.

Em consequência, estamos confrontados com a mais grave situação económica e social, fruto das políticas de direita seguidas há mais de três décadas, agravadas com os anos das políticas dos PEC e do, muito justamente chamado, Pacto de Agressão, imposto ao povo e ao país, subscrito com a Troika, pelo Tratado Orçamental impostos



por uma União Europeia e União Monetária através de governos e partidos submissos aos interesses do grande capital.

Em comum têm o incumprimento de preceitos Constitucionais, e até a sua subversão, nas matérias de direitos e garantias dos trabalhadores, reformados e pensionistas e dos jovens, ao mesmo tempo que defendem e protegem os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, com as consequências sociais e políticas daí decorrentes, nomeadamente o agravamento das desigualdades sociais e o aumento do fosso entre os mais ricos e os cada vez mais pobres, com a intolerável disponibilidade para proteger os responsáveis pelas crises sacrificando sempre os mesmos do costume.

As sucessivas e sempre para pior revisões das leis laborais, impondo limitações à liberdade sindical, abrindo caminho para facilitar os despedimentos, a destruição de direitos e conquistas consagradas nas convenções coletivas de trabalho e o insuportável número do desemprego e do trabalho precário, são realidades indesmentíveis.

Na primeira linha dos que sofrem as consequências desta devastadora política de classe que tem conduzido à destruição de direitos e conquistas civilizacionais estão os trabalhadores, os jovens, os reformados, as mulheres, as crianças.

O País está a perder com estas políticas de submissão, e entrega de empresas e sectores estratégicos, aos interesses dos grupos económicos e financeiros, nacionais e estrangeiros, com a conseqüente perda da soberania nacional.

O País está a perder com a destruição do aparelho produtivo.

É o País que perde quando se empurra os seus melhores quadros e outros trabalhadores para a emigração.

Todos perdemos quando o acesso aos cuidados de saúde está em causa pelas políticas seguidas contra o SNS em favor dos grupos privados que veem sobretudo na doença um negócio. Ou ainda na destruição da escola pública...

São as populações e o desenvolvimento local e regional que perdem quando se retira às autarquias meios financeiros, se desrespeita a sua autonomia até na possibilidade de contratação de trabalhadores necessários para responder às necessidades locais, ao mesmo tempo que atiram para cima das autarquias responsabilidades muito para além das suas competências, como por exemplo resolver os verdadeiros dramas sociais das famílias impostas pelas políticas de austeridade de "custe o que custar", o futuro do País está comprometido quando se retira a estabilidade e independência



económica aos casais que perdem a liberdade de constituir família e terem os filhos que desejam.

Todas estas políticas praticadas, contrárias à construção de um País mais justo, soberano e desenvolvido, contrárias aos valores, e aos ideais de Abril, não podem ser silenciadas. Nem ignoradas podem ser as corajosas ações de resistência desenvolvidas contra elas.

Prosseguir com estas políticas de direita, nunca assumidas em campanhas eleitorais, tem conduzido à criação de um clima propício ao aparecimento de desânimo e descrédito dos políticos e da importância dos partidos políticos na vida e no regime democrático. É necessário e urgente colocar na ordem do dia a exigência dos valores da ética, verdade, competência e seriedade no exercício político nos vários órgãos do poder, ao serviço da causa pública.

As lutas levadas a cabo pelos trabalhadores nos últimos tempos, tanto no sector público como no privado, pelos jovens, estudantes e trabalhadores, pelos reformados, pelas populações são a melhor prova que os ideais do 25 de Abril estão vivos, e são expressão da imensa força transformadora da participação popular nas lutas contra o retrocesso civilizacional e pela construção de uma sociedade liberta da exploração de quem vive do seu trabalho.

Abril é o exemplo do combate à resignação, ao conformismo, às impossibilidades.

A unidade dos trabalhadores e de todas as camadas progressistas, anti monopolistas e patriotas é o caminho para derrotar as políticas vigentes e retomar os caminhos abertos com Abril.

Defender Abril é defender a sua Constituição que, apesar das amputações sofridas nas 7 revisões efetuadas, ainda consagra o essencial dos direitos fundamentais para a dignidade da vida dos portugueses.

E sejam quais forem as dificuldades, as condições, os obstáculos, os trabalhadores, as populações e os Almadenses podem contar sempre connosco com a CDU - a Coligação Democrática Unitária, para com Abril fazer cumprir Abril, para um Portugal com futuro.

Porque, tal como no concelho de Almada, também no País, a Coligação Democrática Unitária, CDU, orienta-se pelos Valores de Abril e cumpre os compromissos assumidos com o povo português.



Finalmente saudamos as comemorações populares do 25 de Abril, apelando à participação de todos os almadenses nas iniciativas promovidas pelo Município de Almada, bem como no desfile em Lisboa.

Tal como este espaço em que nos encontramos foi renovado, também Abril se renova nas lutas de hoje e futuras.

Abril é e tem futuro!

Que se cumpra Abril!

Viva o 25 de Abril!”

**6.7 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almada:**

“Eu começaria por saudar os Resistentes. Há aqui muitos nesta sala e portanto, para eles a minha primeira palavra de saudação e do agradecimento do Município de Almada.

A todos os que lutaram pela liberdade nos momentos e nos períodos difíceis sacrificando o conforto próprio, mas também das suas famílias, o convívio com os seus amigos e muitas e tantas vezes a sua vida profissional, mas não só, também a própria vida. Para eles, para os que resistiram e que tornaram possível o 25 de Abril, o nosso muito obrigado.

E ao Povo de Almada, o Povo de Almada que também é um Povo de resistência, como também já aqui foi afirmado por vários dos oradores que me antecederam.

Antes do fascismo e depois do fascismo e durante o fascismo, mas eu sublinho também o depois do fim do fascismo, porque a defesa de Abril, a defesa dos ideais da liberdade, da democracia, da paz, do progresso social não terminou em 25 de Abril de 1974, e ainda hoje ela tem que estar presente. Portanto, para todos os que lutam por esses valores o nosso muito obrigado e neles encontram-se os almadenses. Saudar os Militares de Abril, os Capitães, sim, figura central do Movimento das Forças Armadas, mas todos os Militares todos os Militares que aderiram ao Movimento e que permitiram pela sua ação nos dias de Abril, mas também nos dias que se seguiram, levar a cabo a destruição do estado fascista, sem o qual seria impossível estarmos a comemorar aqui a liberdade e a democracia. Porque não bastou derrubar um Governo, era necessário que todos os pilares do regime fossem abalados e caíssem, e isso esteve e está muito para além do momento em que do Quartel do Carmo sai uma chaimite com aquele que até àquela hora tinha sido Primeiro Ministro.





Foram períodos duros, difíceis, também ameaçadores, em que os Militares e o Povo se uniram e lado a lado conquistaram a Liberdade e lançaram os alicerces da nossa democracia.

Saudação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes e outros Autarcas das Juntas e Uniões de Freguesias, a nossa saudação fraterna e amiga neste dia que tanto gostamos de comemorar.

25 de Abril, três ds, Democracia, Descolonização, Desenvolvimento. O mesmo era dizer, Liberdade, Democracia, Paz. A reconciliação com a comunidade internacional, aspeto essencial naquele momento da nossa vida, onde a hostilidade era geral, não só vivida por aqueles que cá estavam mas também pelos muitos milhões de portugueses que tinham saído do País. Só possível pelo fim da guerra colonial e pela independência daqueles que são hoje os novos países de língua oficial portuguesa e que também naturalmente nesta data temos que saudar.

Constituição da República, elemento essencial do nosso regime democrático, aí está consagrada sem limitações nem subterfúgios a liberdade. Mas também como já aqui foi dito, o perfil de um regime em que a democracia é política, é económica, é social e é cultural e onde se afirma a soberania nacional. Uma democracia política onde se consagra a imprensa livre, a existência de partidos políticos e a realização de eleições livres, isto para alguns hoje e talvez demasiados, parece ser uma coisa negativa e até prejudicial à consolidação e à nossa vida democrática, mas era, foi e continua a ser um elemento essencial da nossa democracia. Porque é preciso dizê-lo, mesmo no próprio dia 25 de Abril de 1974 não estava garantida a existência de partidos. A existência dos partidos foi conquistada nos dias que se seguiram ao 25 de Abril. O que estava previsto eram associações de caráter político, não eram partidos políticos. A existência de partidos políticos como afirmação da possibilidade dos cidadãos se encontrarem, se unirem e se entenderem em torno de ideias comuns e com essas ideias comuns se candidatarem a eleições livres é uma importante conquista de Abril e uma importante conquista da nossa democracia. Componente participativa sim, a nossa democracia não se limita à afirmação das vontades no momento das eleições. Afirma-se na participação dos cidadãos todos os dias, em todos os aspetos da vida social, na medida dos seus recursos e das suas possibilidades. Naturalmente recursos e possibilidades que nos diferenciam, que estão distribuídas, que introduzem fatores



de desigualdade na vida política, mas nos quais a participação, a intervenção cidadã é um elemento essencial.

Poder Local Democrático, uma das primeiras afirmações das vontades das populações. Construído no próprio dia 25 de Abril em alguns casos quando foram afastados os administradores dos Municípios ou dos Concelhos nomeados pelo Governo fascista e foram eleitos ou designados por todo o País as chamadas Comissões Administrativas até à realização das eleições autárquicas livres de 1976. E naturalmente também no nosso regime democrático a separação dos poderes legislativo, executivo e judicial como fator de sustentabilidade e garantia da liberdade e da democracia, fatores que como bem conhecemos quando os poderes se conjugam é a democracia que perde, pelo menos na nossa experiência democrática. Democracia económica assente no princípio de que o poder político prevalece sobre o poder económico, mais do que o reconhecimento do papel social das empresas, a comunidade não aceita que o desenvolvimento seja um ocasional resultado da busca do lucro, mas que estas tenham um papel na criação da riqueza e do desenvolvimento, a nossa democracia económica, assume-se no direito da comunidade se dotar dos instrumentos financeiros, dos recursos produtivos e regulamentares necessários para que haja produção de riqueza e que com os direitos dos trabalhadores reconhecidos a riqueza criada seja justamente distribuída. A democracia económica assume-se na proteção e boa gestão dos recursos naturais e do ambiente na proteção da biodiversidade como garantia de um futuro melhor para todos. Também a democracia social, afirmação do direito à saúde com o Serviço Nacional de Saúde, não só nem tanto o Sistema Nacional de Saúde é o Serviço, é a responsabilidade pública para assegurar o direito à saúde aos cidadãos e não só esse direito ser eventualmente garantido ou negado pelas disponibilidades financeiras do acesso a cuidados de saúde. É essa responsabilidade pública que é essencial reconhecer, admitir e defender. O direito à Segurança Social, o direito às pensões de reforma e à assistência social em situações de dificuldade. O direito ao subsídio de desemprego, direitos fundamentais na nossa sociedade e no nosso regime. O direito à educação afirmado não só por dizermos que é importante e fundamental que nos eduquemos, mas pela responsabilidade pública defendendo, reforçando, qualificando a Escola Pública desde o pré-primário até à formação superior e até à pós-graduação, cada vez mais em todos os momentos da vida e da nossa trajetória. O direito à habitação, o direito à habitação é preciso dizê-lo e reafirma-lo. É um direito que todos



temos e que pelo qual temos que continuar a lutar. O direito ao trabalho, direito essencial. O direito ao trabalho não pode ser só o resultado ocasional do jogo de forças no mercado. Não. Essa não é tarefa que o mercado seja capaz de cumprir. Foi já depois do 25 de Abril que se acabou com os conceitos e as políticas ditas de pleno emprego e em que se aceitou como natural a existência de um exército de desempregados e de sistemas de apoio ao desemprego. O trabalho é essencial à sociedade, à formação do indivíduo e do seu caráter. O trabalho é por isso uma responsabilidade pública, não é o subsídio de desemprego que resolve plenamente esse problema. O subsídio de desemprego é um subsídio, é um apoio assistencial da maior importância, que no nosso País tem sido negada a imensos trabalhadores que estão no desemprego ao fim de um período mais ou menos prolongado nessa situação. Mas aquilo que é necessário garantir, aquilo por que é necessário lutar é o direito ao trabalho e ao trabalho com direitos. E é com mágoa, já o dissemos noutras ocasiões que assistimos a situações completamente impensáveis em que se pretende que o trabalho não esteja associado ao reconhecimento da personalidade e da dignidade humana, mas que se transforme quase numa obrigação e num trabalho do tipo escravo.

Os nossos jovens, os nossos desempregados de longa duração não têm como alternativa os campos de trabalho do antigamente. A sua alternativa é um trabalho digno e com direitos. O direito à igualdade de oportunidades e à redução das desigualdades, o direito das mulheres, agora já pelo avanço de direito à igualdade de género mas ainda não plenamente garantido. Mas também o direito à diferença, o direito à emigração, é preciso dizê-lo, sim. O direito à emigração, porque antes do 25 de Abril não havia direito à emigração, para largos sectores da nossa população, a emigração e a possibilidade de emigrar, é efetivamente um direito. O direito à imigração, o direito de recebermos aqueles que nos procuram para aqui viver e trabalhar, mas também o direito a ficar, o direito a constituir família e o direito a ter filhos. Hoje nos dias que correm, direitos essenciais pelos quais os jovens, mas não só os jovens, todos temos que lutar e todos temos que nos debater, o direito a poder escolher plenamente todas as opções. A nossa democracia cultural, ao património natural, histórico, àquilo que nos é transmitido e àquilo em que construímos a nossa sociedade e as nossas convicções. O direito à criatividade, à afirmação da identidade de cada um, mas também das suas diferenças, à tolerância, à cooperação e também como já aqui foi dito à afirmação dos valores de Abril como ética social e política



formadora de caráter, amiga da liberdade e amiga da verdade. E a soberania, independência nacional e a paz, aspetos centrais do nosso regime constitucional e da nossa vida pública. A defesa dos interesses de Portugal perante poderes cada vez mais distantes e estranhos à nossa vontade. Aspetos essenciais nos dias de hoje. A afirmação de que a nossa democracia se afirma e se projeta a partir daquilo que é o quadro territorial da nossa soberania e que é a partir daqui que nos podemos afirmar e não o contrário, como a certa altura pareceu prevalecer e ainda hoje prevalece. A convicção de que algum poder supranacional no quadro da globalização nos olham um pouco como diziam os neorrealistas italianos “pai patrão” “o padre padron”. Não, nós não precisamos de pai patrão, nós somos um povo emancipado com mais de oitocentos anos de história, sabemos e temos capacidade para escolher esse caminho e só a partir da nossa vontade e da afirmação da nossa vontade estaremos em condições de reforçar os necessários laços de amizade e cooperação com os outros povos do mundo. Encontrar e reforçar aqueles que são os nossos amigos, estar em condições de com os outros debater as diferenças de pontos de vista, não perdendo o nosso caminho.

Fala-se hoje menos na União Europeia, porque é inconveniente falar na União Europeia. Penso que sou o primeiro dos oradores a falar da União Europeia. Acreditar, acreditaram e podemos dizer acreditámos enquanto povo, muito que essa seria a terra do “mel e do leite”. Hoje ninguém se atreve a dizer tal, hoje ninguém se atreve a dizer tal, porque nos demitimos provavelmente da necessidade de em todas as circunstâncias termos que afirmar a nossa soberania. Passados 41 anos é pois legítima e necessária a reflexão sobre a situação atual e sobre o caminho percorrido. É legítimo e necessário que nos perguntemos se o caminho percorrido e a situação atual era a única e inevitável. Os caminhos percorridos resultaram das escolhas feitas pelos portugueses nos momentos eleitorais, mas as escolhas poderiam ter sido outras, outro caminho e outra situação presente. Pelo que já foi dito e é claro que nos afastámos dos valores de Abril. Entre as palavras e a Constituição que se jura defender, as palavras da Constituição que se jura defender e os atos, foi escavando um fosso cada vez mais largo e profundo. É preciso voltarmos aos valores que Abril nos propôs. O País precisa de mudanças profundas no plano da soberania, de afirmação da produção e da capacidade de produção nacional, da redução das desigualdades e no plano da justiça social, de efetivo reconhecimento dos direitos, precisamos da autonomia do Poder Local e das Regiões. Portugal precisa de uma



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

rutura com políticas que nos levaram à situação atual. Com Abril podemos fazer as mudanças necessárias, podemos com Abril fazer as mudanças necessárias, para que em Abril e com Abril se possa afirmar em Portugal em toda a sua plenitude que aqui é o Povo quem mais ordena. Em Almada é e assim continuará a ser. O Povo é quem mais ordena, aqui se tem provado que é possível gerir bem as finanças públicas e que ao mesmo tempo é preciso realizar obra, é possível ser-se solidário estando sempre com os trabalhadores e com o Povo, afirmando no dia a dia a vontade destes, porque como disse de início a resistência por Abril hoje é necessária como foi a resistência para Abril ontem. Porque também é preciso defender Abril.

Viva Almada! Viva o 25 de Abril! 25 de Abril Sempre!”

7 - Findas as intervenções o Presidente da Assembleia despediu-se de todos os presentes, voltando a agradecer aos Dirigentes da Coletividade e ao Presidente da Direção, a cedência das instalações e o apoio à realização da Sessão Solene.

8 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 23H10 do dia 22 de abril de 2015.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Francisca Luís Baptista Parreira, Vítor Manuel dos Santos Castanheira, Joaquim António da Silva Gomes Barbosa, António José Pinho Gaspar Neves, Francisco Miguel Pereira Cardina, José Manuel Raposo Gonçalves, António José de Sousa Matos, Maria Amélia de Jesus Pardal e Rui Jorge Palma de Sousa Martins.

10 - Foi verificada a presença na Reunião de noventa e sete Srs. Municípes.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

A 1ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_